

O ensino de história em Minas Gerais durante a ditadura militar: o caso de Alfenas

A comunicação procura analisar os impactos da reforma n. 5.692/71 no ensino de história de duas escolas da cidade de Alfenas, em Minas Gerais. A pesquisa analisa o ensino de história entre 1970 e 1980, tendo em vista o crescimento da escolarização no período e as significativas regulamentações em âmbito federal e estadual. Para tanto foram examinados os programas curriculares de 1973 -*Programa de Ensino de 1º grau de Estudos Sociais* e o *Manual de Orientação do Currículo do 1º grau*-, elaborados pela Secretaria de Educação de MG, e documentos localizados nos arquivos de duas escolas da cidade. Nessas escolas foi possível localizar provas, quadros de horário das disciplinas, quadro de professores e sua formação, documentos referentes a eventos cívicos, lista de materiais didáticos, documentos sobre os Estudos Sociais, discursos da Semana da Pátria, fotografias, atas de reuniões de professores, atas de conselhos de classe, livros de ocorrências e documentos da orientação educacional. O estudo toma como referencial teórico os conceitos de disciplina escolar e cultura escolar de Chervel (1990), Julia (2001) e Viñao Frago (2001), que discutem a necessidade de conhecer o funcionamento interno das escolas, com o foco nos sujeitos da educação e suas práticas que constituem e são, ao mesmo tempo, constituídos pela cultura escolar. Dialoga ainda com a noção de currículo prescrito, de Goodson (2007), e com Almeida Neto (2014) e Vidal (2009), que abordam o potencial dos arquivos escolares como locais de guarda de documentos que permitem identificar as práticas cotidianas das instituições educativas. Os currículos prescritos de Minas Gerais permitiram identificar como os Estudos Sociais, área criada pela reforma n. 5.692/71 e que deveria integrar Geografia, História, Ciências Sociais, OSPB e EMC, foi tratado neste estado. Assim, a Secretaria de Educação criou a disciplina Integração Social, para 1ª a 4ª séries, e manteve História e Geografia como disciplinas específicas, de 5ª a 8ª séries. Os documentos das escolas permitiram apreender como a reforma foi efetivada e a relação com a cultura escolar dessas instituições. Nesse sentido, verificou-se que os professores tinham formação em cursos de Pedagogia, História e Estudos Sociais em faculdades privadas da região. Parte dos professores de História também ministravam as disciplinas de Geografia, EMC e OSPB. Registros presentes no livro de ocorrência, no livro de atas e um discurso de um professor indicavam a compreensão da história como “mestra da vida”, para que o Brasil seguisse rumo ao progresso. A prova de história do Brasil era composta por questões de múltipla escolha, cujo conteúdo apresentava uma abordagem a partir da história política e econômica do país, do “descobrimento” até a “Revolução de 1964”, e a valorização dos grandes sujeitos da história nacional. As práticas escolares incluíam ainda intensa participação dos alunos em concursos cívicos, nos desfiles de aniversário da cidade e nas comemorações da Independência do Brasil. A pesquisa contribui para a compreensão de como uma reforma instituída em âmbito federal foi implantada, em Minas Gerais e mais especificamente em um município afastado dos grandes centros urbanos.